



**A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO NOS CURSOS
EXTRACURRICULARES DE LÍNGUA ESTRANGEIRA DO DEPARTAMENTO DE
LÍNGUA E LITERATURA ESTRANGEIRA (DLLE/CCE/UFSC) A ESTUDANTES
DE GRADUAÇÃO DA UFSC**

ADRIANO MARTINS

UFSC

martinsdlle@gmail.com

ELAINE CRISTINA REIS

UFSC

ead.elainereis@gmail.com

As ações do Estado no que diz respeito as demandas apresentadas pela sociedade, sobretudo na inclusão das classes populares nas Instituições de Ensino Superior tem demandado um grande esforço, equalizar as diferenças sociais tem sido um desafio que o estado e as universidades públicas vem enfrentado no seu cotidiano,

Diante deste cenário este artigo se propõe analisar auxílio isenção no pagamento das matrículas dos cursos extracurriculares de idiomas, oferecidos pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) pertencente a Universidade Federal de Santa Catarina para tanto foram feito um recorte transversal dos anos 2003 a 2016, analisando os relatórios contidos nos arquivos do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE)

Baseados nos dados analisados verificou-se um aumento nas isenções de taxas nos cursos extracurriculares de Línguas Estrangeiras ao longo dos anos pesquisados, no entanto esse crescimento não acompanhou o mesmo ritmo da implantação das Políticas de ações afirmativas na UFSC.

Cabe ressaltar ainda que os esforços despendidos pela PRAE para atender a demanda de isenções nas taxas dos cursos extracurriculares para os alunos de graduação da UFSC além de lento, não conseguem acompanhar as demandas impostas pela sociedade.

INTRODUÇÃO

O Estado tem um compromisso importante com as universidades públicas, uma vez que, uma das funções do Estado é atender as demandas da sociedade. As universidades têm um papel importante na socialização do saber, assim, em parceria com o Estado resultam em um bem comum. Desse modo, o Estado tem que encarar seus investimentos na educação como forma de contribuição para a formação do seu cidadão, tornando a sociedade mais crítica.

Por meio das Políticas de Ações Afirmativas (PAA) há uma mudança no cenário das instituições de ensino. Assim sendo, este estudo analisa as taxas de isenção de pagamento das matrículas nos cursos extracurriculares de Língua Estrangeira do Departamento de Língua e Literatura Estrangeira a estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para tanto, no primeiro tópico reflito, sinteticamente, e fundamentado em teóricos como Mészáros (2015); Heidmann (2014); e Belloni (1989), sobre as ações do estado e as políticas públicas e de que forma tais ações dialogam com as instituições públicas, especificamente, as universidades.

No segundo tópico, trago à discussão os desafios da universidade pública, com base nas expressivas ponderações de Marilena Chaui (2003); Santos (2008); enfatizando as políticas afirmativas implementadas pelo governo nos últimos anos.

A estrutura administrativa da UFSC e a sua organização acadêmica é o foco pontual do terceiro tópico, ressaltando também seus níveis de ensino da Educação Infantil (Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI), e Educação Básica (Colégio de Aplicação). O objeto desse estudo é analisado no último capítulo: os programas de idiomas na UFSC, e as políticas de inclusão para os alunos do Ensino Superior que necessitam aprender uma língua estrangeira.

METODOLOGIA

Este estudo se enquadra com sendo descritivo, conforme pontua Gil, 2002 e Vergara 2000 os estudos descritivos são descrição de características de determinada população ou fenômeno.

Segundo Vergara 2000 se enquadra com uma pesquisa documental pois é realizada em documentos conservados, em órgão públicos, privados ou de qualquer natureza. Ainda de acordo com Gil 2002 a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico que podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

O estudo usou como base os documentos arquivados no Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras onde foram coletadas as informações sem a manipulação, a apresentação desses dados foram mostrados como aparecem sem qualquer alteração.

O campo de pesquisa foi a UFSC e especificamente analisou-se os documentos onde estavam armazenadas as informações referentes a isenções de taxas nos curso extracurriculares de línguas estrangeiras oferecidos aos alunos de graduação da UFSC sob orientação e classificação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Também usou-se as informações que constavam no relatório de atividades da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil dos anos e 2008 a 2012, referente ao ingresso de alunos oriundos dos programas de ações afirmativas.

A interpretação de dados se deu com base nos arquivos do DLLE, foi feita uma análise nas informações contidas nos relatórios referentes as isenções das taxas nos cursos extracurriculares de línguas estrangeiras.

1. AÇÕES DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com Mészáros (2015), com o aprofundamento da crise estrutural do sistema do capital, os problemas do Estado tornam-se, inevitavelmente, cada vez maiores. Pois na forma estabelecida do processo de tomada de decisão política global, o Estado propõe alternativas para esses obscuros problemas.

A esse respeito, Heidmann (2014) faz menção a um discurso público no Brasil onde às “políticas de Estado”, se colocam em substituição às políticas públicas. Essa ação obrigava os governantes de um Estado a acatá-las e implementá-las, independente dos períodos relativos aos mandatos que os eleitores lhes confiassem, em momentos histórico distintos.

Assim, reflito que o Estado, além de demorar em conseguir alternativas para as crises que se apresentam resultantes do capitalismo, suas respostas são pouco expressivas, dado o tempo e dimensão dos problemas apresentados pelo sistema. Outro aspecto que me leva à reflexão é o fato de as instituições públicas de forma geral e as universidades em particular esperarem a resposta do Estado para os problemas apresentados pelo capitalismo. Consideramos que parcerias entre os Estado e os órgãos não governamentais seriam importantes para dar um retorno mais rápido à sociedade. Nessa perspectiva, Heidmann (2014, p.36), considera que o Estado talvez tenha ficado mais reduzido, sendo que o trabalho para administrar aumentou. Dessa forma, a sociedade não pode mais depender de um governo entendido e definido em termos estritos e tradicionais, outros atores precisam estar atuando, tais como: empresas e organizações não governamentais em geral, assumindo a governança para solucionar problemas comuns ainda que sob a coordenação política e necessária de um governo. Quando há uma redução nos investimentos que o Estado realiza, ou redução do compromisso político, seja com as universidades ou com a educação, conforme sinaliza Santos:

“No momento, porém, em que o Estado, ao contrário do que se passou com a justiça, decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades e com a educação em geral, convertendo esta num bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado, a universidade pública entrou automaticamente em crise institucional.”(SANTOS, 2014 p.7)

Assim, corroboro com Belloni (1989, p.55) quando afirma que "A educação é um serviço ou bem público não só porque recebe recursos públicos, mas principalmente porque seus benefícios (profissionais qualificados, cidadãos conscientes, conhecimento produzido e disseminado) atingem toda a sociedade".

2. DESAFIOS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Enquanto Instituição Superior de Ensino a Universidade Pública sempre esteve permeada por desafios. Chaui (2003) fundamenta que a educação e a cultura, a partir do século XX, foram impulsionadas por revoluções sociais e lutas severas e políticas desencadeadas a partir de manifestações que marcarão este Século, e constituíram-se assim, direitos dos cidadãos. Além de ter uma vocação republicana, a universidade também se tornaria uma instituição social inseparável da ideia e democratização do saber. Neste sentido, Santos (2008) considera que a universidade se vê cercada: de um lado, a sociedade fazendo exigências cada vez maiores; e do outro lado, o Estado restringindo as políticas de financiamento das suas atividades. Desse modo, a universidade parece não estar preparada para enfrentar esses desafios, já que tais desafios apontam para uma transformação profunda e não para reformas parceladas. Com a assertiva de que a universidade tem, como um dentre os seus objetivos, a socialização do saber e a formação de cidadãos críticos e informados para estabelecerem uma relação mais próxima e ativa com a sociedade, essa instituição social

diferenciada, de acordo com o que pontua Chauí (2003), define-se por sua autonomia intelectual que se relaciona com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, tendo internamente uma divisão: de um lado os que são favoráveis; e do outro, os contrários a forma com que a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão social, bloqueiam a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas.

É ainda Chauí (2003) que afirma que, se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, “[...] precisamos começar exigindo, antes de tudo, que os Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço”. (CHAUI, 2003, p.11).

Compactuo da assertiva de que a função das universidades públicas, conforme considera Chauí no artigo intitulado *A universidade Pública sob a nova perspectiva* é, ou deveria ser enfatizada na democratização do saber. É certo também que a dificuldade encontrada de pôr em prática essa socialização, tempo é ocasionada, em grande parte, por falta de políticas públicas de inclusão. Este não é um problema exclusivo da Educação Superior, uma vez que isto também ocorre nas escolas públicas de Educação Básica, desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Uma das políticas públicas para ingresso na Educação Superior de grande relevância, foi a lei nº 12.711/2012, que mudou o perfil dos estudantes que ingressam na universidade pública. A implantação da conhecida “leis das cotas”, política afirmativa que tem como um dos principais objetivos oferecer vagas nas universidades públicas foi sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, em 2012 e aponta o seguinte:

A lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público em curso regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. (BRASIL¹, 2012, s.p.)

Acredito que a ação do Estado no que diz respeito as “Leis das Cotas” demorou muito tempo para ser implementada, tal demora caracteriza e reafirma o modelo capitalista, onde o acesso às universidades é privilégios de poucos, quase sempre, os que têm maiores recursos financeiros. Esta característica é também reafirmada pelo sistema de acesso às universidades públicas, que continua sendo por meio de vestibular. Considero que, sem o sistema de cotas, o acesso às Instituições de Ensino Superior, públicas desde sempre privilegiava os alunos oriundos de escolas de ensino fundamental e médio particulares, por estarem melhores preparados, para estas provas, se comparados com aqueles alunos vindos de escola pública de ensino fundamental e médio. A esse respeito Chauí (2003), fundamenta que a educação superior pública tem sido conivente com essa exclusão social e cultural dos filhos das pessoas das classes populares que ao cursarem o ensino médio em escola pública não conseguem passar para a universidade pública. É ainda esta autora que afirma que a universidade é uma instituição social e exprime o modo e o funcionamento da sociedade como um todo:

“Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a opinião e a presença de opiniões, atitudes conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre a universidade e sociedade é o que explica, aliás o fato de que, desde seu surgimento ,a universidade pública sempre foi uma instituição social, fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições ,num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.”(CHAUI, 2003, p.5)

Compartilho em parte com o pensamento de Chauí, no entendimento que nas universidades existem pensamentos diferentes e opiniões conflitantes. Corroboro com a autora também quando ela diz que, no seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social. Além disso, concordo com a assertiva que também, por muito tempo, essa função social da universidade ficou para segundo plano, pois por um longo período a universidade pública reafirmou a política do capitalismo proporcionando o acesso às instituições de ensino superior, na sua maioria para alunos oriundos de escolas particulares. Assim, estou de acordo que a as universidades públicas, por muito tempo, através de seus concursos de vestibular, realizaram uma “política de cotas as avessas” privilegiando e perpetuando o capitalismo. As políticas afirmativas instituídas no Brasil através dos últimos governantes tem um papel fundamental para diminuir essa lacuna que existe entre aluno de escolas particulares e alunos de escola pública.

Diante deste cenário é importante é contextualizar as particularidades da UFSC, que enquanto universidade pública tem um papel importante na sociedade, nesse processo da socialização do ensino superior e também na inclusão de alunos oriundos de escolas públicas.

3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Para localizarmos os objetos de estudo desta pesquisa, é pertinente esboçar uma síntese da UFSC no aspecto de sua estrutura administrativa, desta forma, poderemos melhor entender qual a localização da PRAE dos cursos extracurriculares de Idiomas, nessa tabela.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é composta de estudantes de graduação, pós-graduação, professores e técnicos em Educação, não entrando nessas estatísticas, funcionários terceirizados e pessoas que prestam serviços voluntários. Esse universo amplo, que envolve quase uma centena de cursos de graduação, mais de 500 grupos de pesquisa certificados e dezenas de cursos de pós-graduação, é responsável, ainda, por cerca de 9 mil projetos de extensão, que têm como objetivo aproximar a UFSC da comunidade externa aos seus cinco campi (UFSC, 2013).

A UFSC criada, em 1960, vinculada ao Ministério da Educação e Integrante do Sistema Federal de Ensino Superior se constitui como instituição pública, cuja existência ao longo deste meio século é organicamente mesclada ao processo de desenvolvimento econômico-social do povo catarinense. Seu início, no Instituto Politécnico (1917), e os primeiros cursos em nível superior ofertados em Santa Catarina, surgiram atendendo aos reclames da sociedade, no início os cursos ministrados foram os seguintes: Curso de Direito, Economia, Filosofia e Serviço Social, Medicina, Farmácia, Odontologia e Engenharia (UFSC, 2013).

A UFSC conta com uma estrutura acadêmica organizada por Centros de Ensino e Campi, são a saber: Araranguá, Curitibanos, Médio vale do Itajaí, Joinville, Florianópolis neste último campi compõe-se dos seguintes centros de ensino: Centro de Ciências Agrárias (CCA); Centro de Ciências Biológicas (CCB); Centro de Ciências da Educação (CED); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Comunicação e Expressão (CCE); Centro de Desportos (CDS); Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH); Centro Socioeconômico (CSE); Centro Tecnológico (CTC) (UFSC 2013).

No ensino básico, o Colégio de Aplicação e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, criados respectivamente em 1961 e 1980, oferecem todos os níveis da educação básica, desde a educação infantil aos níveis fundamental e médio. Na área da educação é um grande campo de estágio, oportunizando aos alunos de licenciaturas de toda a UFSC um local estagiar. Também se constituem como valiosos campos de investigação científica, articulando

atividades de ensino, extensão e pesquisa para alunos e professores da UFSC e de outras instituições, notabilizando-se como espaços de formação, produção e socialização de conhecimentos. (UFSC, 2013)

Na modalidade de ensino a distância, a UFSC iniciou suas atividades em 1995, com o Laboratório de Ensino a Distância (LED), privilegiando a pesquisa e a capacitação via projetos de extensão com a oferta de diversos cursos de aperfeiçoamento, através do Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), possibilita o desenvolvimento de infraestrutura que viabilizou a oferta de cursos de extensão, graduação e especialização em grande parte do território nacional, contribuindo para a expansão da instituição em termos de novos cursos não presenciais. (UFSC, 2013)

A UFSC integrou-se ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), em 2008, ampliando o número de vagas gratuitas no ensino superior, ofertando novos cursos presenciais, ou ampliando vagas em cursos já implantados. Os recursos do REUNI possibilitaram a interiorização da UFSC, instalando os campi de Araranguá, Curitibanos e Joinville, começando a implementar o campus do Médio Vale do Itajaí na cidade de Blumenau. (UFSC, 2013)

A gestão da UFSC comporta uma estrutura organizacional que ocorre em obediência regimental e democrática aos colegiados acadêmicos, com composição proporcional e/ou paritária, eleições por pares, específicos dos órgãos deliberativos. Estes se subdividem em Conselho Universitário, fórum máximo de deliberação da Universidade, instruído previamente pelas câmaras, com função deliberativa nas respectivas áreas acadêmicas. No que diz respeito à função fiscalizadora temos o Conselho de Curadores, a Auditoria Interna e a Ouvidoria.

A UFSC, na área da gestão superior é composta por sete Pró-Reitorias e quatro secretarias, além do Gabinete da Reitoria. As Pró-Reitorias englobam a Graduação, a Pós-Graduação, a Pesquisa, a Extensão, a Administração, os Assuntos Estudantis e o Planejamento e Orçamento. As quatro secretarias implementam as ações na Cultura, nas Relações Internacionais, no Aperfeiçoamento Institucional e na Gestão de Pessoas, também encontram-se vinculadas a este Gabinete Hospital Universitário, a Biblioteca Central, entre outros (UFSC 2013), conforme se verifica na Tabela 1:

Tabela 1: Organização da Estrutura Administrativa da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Órgãos Deliberativos Centrais	Conselho Universitário Câmara de Graduação Câmara de Pós-graduação Câmara de Pesquisa Câmara de Extensão Conselho de Curadores			
Órgão Executivos Centrais	Reitoria Vice-Reitoria Pró-reitorias Secretarias	PRAE		
Órgãos Deliberativos Setoriais	Conselhos das Unidades Departamentos	DLLE	Cursos Extracurriculares de Línguas Estrangeiras	
Órgão Executivos Setoriais	Diretoria de Unidades Chefias de Departamentos			

Órgão Suplementares				
	Biblioteca Universitária Restaurante Universitário Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral Hospital Universitário Editora da UFSC; Biotério Central.			

Fonte: tabela desenvolvida pelo autor, conforme (UFSC, 2013).

Vinculado ao Órgão Executivos Central e a Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-reitorias, Secretarias está Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, objeto deste artigo e vinculados Órgãos Deliberativos Setoriais e se correlacionando com o Conselho da Unidade e Departamentos, está o DLLE, vinculado a ele o projeto de extensão cursos extracurriculares de língua estrangeiras que também é objeto deste estudo.

4. PROGRAMAS DE IDIOMAS NA UFSC

No âmbito nacional são poucas as políticas de inclusão para os alunos do Ensino Superior que necessitam aprender uma língua estrangeira. Iniciativas têm sido feitas, como por exemplo, o programa governamental chamado Ciência sem Fronteiras. Dentro desse programa existe o projeto Idiomas sem Fronteiras. Entretanto o referido projeto atende uma pequena parcela de estudantes universitários, deixando muitos alunos na fila de espera.

A língua estrangeira tem um papel importante neste processo de internacionalização e na qualidade das universidades, são poucas as políticas para alunos da Educação Básica e Superior que necessitam aprender uma língua estrangeira.

Stallivieri (2015) fundamenta que uma das iniciativas mais louváveis do governo brasileiro, no que diz respeito ao ensino superior, foi o lançamento do Programa Ciência sem Fronteiras, que prevê o envio de 101 mil brasileiros para o desenvolvimento de estudo no Exterior (CSF). Nas suas palavras, com relação ao Programa Ciência sem Fronteiras diz que: “É um importante passo dado pelo Governo Federal no sentido de intensificar o processo de internacionalização que merece reverências, mas também exige profundas reflexões”.

Criado pelo Ministério da Educação (MEC) e por intermédio da Secretaria da Educação de Ensino Superior (SESU) em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES) o Idiomas sem Fronteiras (IsF) tem com objetivo incentivar o aprendizado de línguas, além de propiciar uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do País.

O IsF foi elaborado com o objetivo de proporcionar oportunidades de acesso, através do programa Ciência sem Fronteiras e de outros programas de mobilidade estudantil, a universidades de países onde a educação superior é conduzida em sua totalidade ou em parte por meio de línguas estrangeiras. Neste sentido, suas ações também atendem a comunidades universitárias brasileiras que passam a receber um número cada vez maior de professores e alunos estrangeiros em seus campus. Para atender tal demanda, suas ações incluem a oferta de cursos a distância e cursos presenciais, além da aplicação de testes de proficiência. (BRASIL², 2016)

Na UFSC, o Núcleo de Línguas (NuLi), é uma extensão do Inglês sem Fronteiras (ISF), que oferece um conjunto de cursos que inclui diferentes faixas de níveis de proficiência, com carga horária de 16, 32, 48 e 64 horas, permitindo maior rapidez no atendimento das necessidades do Programa IsF. A prioridade de inscrições nos cursos, assim, parte dos alunos mais proficientes aos menos proficientes.

Os Cursos Extracurriculares de Línguas Estrangeiras (CELE), foi criado aproximadamente 30 anos, é um espaço destinado à formação profissional e continuada para os alunos da graduação do Curso de Letras, da UFSC e para alunos de Pós Graduação do Centro de Comunicação e Expressão (CCE).

No início de sua história, buscou unificar e institucionalizar as ações do Departamento de Língua e Literaturas Estrangeiras através do ensino de Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Italiano.

No decorrer da sua história começa a dedicar esforços para atender as necessidades da comunidade externa à UFSC, promovendo cursos de línguas estrangeiras que contribuem para a formação da sociedade.

O CELE é um Órgão Suplementar do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFSC. Suas ações têm caráter de extensão e são destinadas à comunidade interna e externa à UFSC. Sem fins lucrativos, o CELE investe na qualidade do seu corpo docente, nas instalações da UFSC e propicia à comunidade interna e externa à UFSC cursos de Línguas Estrangeiras, disponibiliza vagas gratuitas para a capacitação de alunos da UFSC cumprindo um importante papel social.

Atua na formação dos alunos proporcionando por meio do conhecimento de línguas estrangeiras possibilidade de intercâmbio, publicação científica em outros idiomas, contribuindo para a valorização e crescimento da instituição na qual estão inseridos esses alunos, entre outras oportunidades.

O CELE é um espaço representativo para o desenvolvimento de práticas de aquisição e aprendizado de língua estrangeira e tem se destacado também oferecendo oportunidades aos alunos de Letras da UFSC para a prática docente, estágio extracurricular, incentivo à pesquisa e produção científica. Os professores são incentivados ao engajamento em projetos paralelos ao ensino, como a criação de materiais diversos apostilas, materiais digitalizados para estudo a distância, revista eletrônica, entre outros. A formação continuada dos alunos bolsistas que ministram aula no CELE é supervisionada pelos professores do Departamento de Língua e Literaturas Estrangeiras da UFSC.

Duas pesquisas promovidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE),¹ realizadas entre 1996 a 1997 e 2003 a 2004, com a participação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, para traçar o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação da IFES, nos vários itens analisados por essa pesquisa, cabe registrar a conclusão que se observou no que tange aos programas de inserção de línguas estrangeiras:

“As IFES precisam implementar e intensificar programas que ampliem a oferta de cursos de línguas estrangeiras, principalmente, para estudantes de baixa condição socioeconômica tenham acesso a estes curso e por consequência o domínio da língua.”(FONAPRACE, 2007, p.14)

¹ O FONAPRACE foi criado em outubro de 1987, congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das instituições de ensino superior (IES) públicas do Brasil. Para maiores informações acesse: <<http://201.57.207.35/fonaprace/index.php/sobre/>>. Acesso em: 10. ago. 2016.

Apesar das leis abrangerem o ensino da Língua Estrangeira tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, acredito que o ensino e a aprendizagem de Língua Estrangeiras é restrito a poucas aulas, ou seja, a carga horária destinada a estas aulas acaba se configurando como insuficientes para a proficiência na Língua Estrangeira estudada, fazendo com que os alunos cheguem as universidades sem dominar uma segunda língua, no caso, uma língua estrangeira.

Entre as línguas estrangeiras mais utilizadas em comunicação como língua franca global, o inglês se destaca seguido de outros idiomas como, chinês, mandarim, russo e árabe. A soberania da língua inglesa se evidencia desde o fim da segunda guerra mundial (BERNINI, 2014).

O papel das línguas estrangeiras numa instituição de ensino superior é fundamental, especialmente porque o conhecimento em línguas facilita e acelera o processo de internacionalização contribuindo para a formação do estudante e conseqüentemente aumenta a qualidade da instituição.

Diante desse cenário, apresentado na UFSC com relação às possibilidades de realizar cursos de línguas estrangeiras, faz-se necessário contextualizar o auxílio oferecido pela PRAE que possibilita vagas nos CELE para alunos de graduação em baixa condição socioeconômica. Para tanto cabe sinteticamente relatar os objetivos da PRAE e as diretrizes referente ao auxílio da isenção do pagamento de taxas nos cursos extracurriculares.

Criada em 2004 na UFSC a Pró-Reitoria de Assistência estudantil tem com objetivo executar programas e projetos voltados a políticas de ações estudantis, através da sua Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAES), que coloca em prática os programas que contribuirão com a permanência e o desempenho acadêmico.

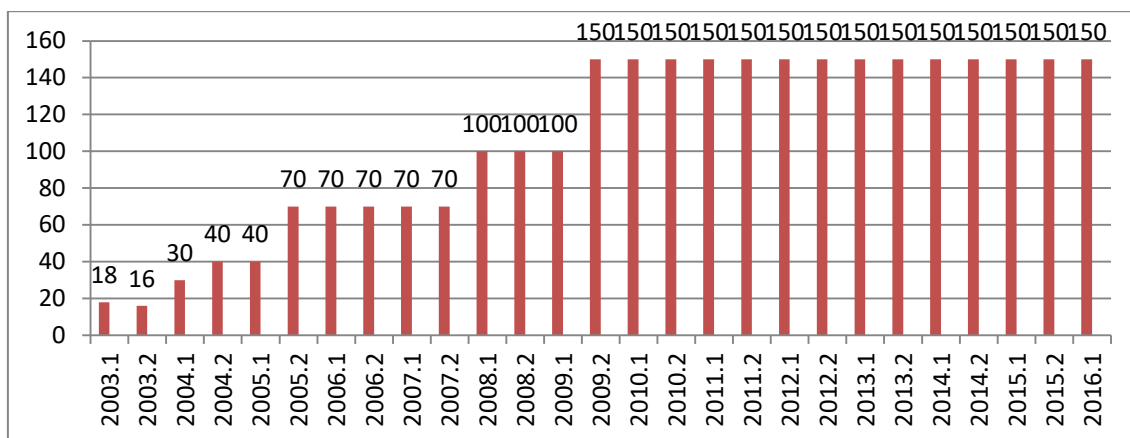
Dentre os diversos programas oferecidos pela PRAE, será abordado, nesta pesquisa o auxílio isenção no pagamento nas matrículas dos cursos extracurriculares de idiomas, sendo que esse auxílio é oferecidos através de editais que são divulgados a todos alunos de graduação da UFSC:

O auxílio que é fornecido pela PRAE aos estudantes de graduação da UFSC, e tem como objetivo:

Conceder isenção de pagamento da taxa de inscrição nos cursos extracurriculares de Língua Estrangeira do Departamento de Língua e Literatura Estrangeira (DLLE/CCE/UFSC) a estudantes matriculados nos cursos presenciais de graduação da UFSC oriundos de família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo per capita. (PRAE, 2016)

Por meio do auxílio que é fornecido pela PRAE aos estudantes de graduação da UFSC verificam-se modificações nos índices de inscrições nos cursos extracurriculares do DLLE, conforme expresso no Gráfico 1:

Gráfico 1: Números isenções da taxa de inscrição nos cursos extracurriculares de idiomas 2003 a 2016.



Fonte: Gráfico desenvolvido pelo autor.

Verifica-se no Gráfico 1 que no ano de 2003.1 a isenção da taxa nos cursos extracurriculares de idiomas foi de 18 auxílios e em 2003.2 esse auxílio foi reduzido em 11,11%. No semestre de 2004.1 o aumento foi de 66,6% referente ao semestre 2003.2. Já no semestre de 2004.2 houve ainda um acréscimo de 33,3%. O valor de auxílio oferecido no semestre de 2005.1 foi igual ao de 2004. No semestre 2005.2 houve uma alteração 75% permanecendo o mesmo valor de isenções nos semestres de 2006.1; 2006.2; 2007.1; e 2007.2. No semestre de 2008.1 houve um aumento referente ao semestre 2007.2 que chegou a 42,8%. Os auxílios 2008.2; 2009.1. permaneceram estabilizados em 100 auxílios. Com relação ao semestre 2009.2, o auxílio foi de 150 isenções e teve um aumento de 50%, sendo que o valor de isenções permaneceu em 150 até o ano de 2016.1, totalizando 14 semestres sem nenhuma alteração no número de auxílios concedidos aos estudantes.

A análise do Gráfico 1 que expressa um significativo aumento do auxílio que é fornecido pela PRAE aos estudantes de graduação da UFSC para os CELLE pode ser cotejada ao dos alunos classificados na UFSC, segundo renda, de 2004 a 2012, conforme se verifica no Gráfico 2:

Gráfico 2. Perfil dos alunos classificados na UFSC, segundo renda, de 2004 a 2012

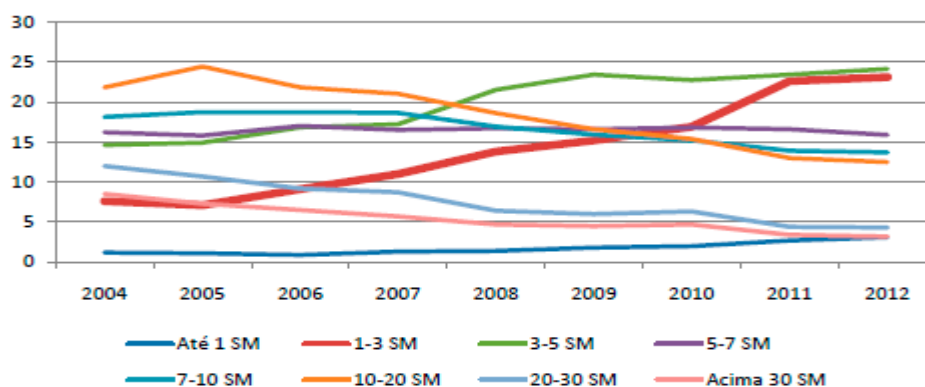


Figura 3.7: Perfil dos alunos classificados na UFSC, segundo renda, de 2004 a 2012.

Fonte: Avaliação do período 2008-2012 e Proposta de revisão (TASSINARI, A. et al., 2012).²

² Disponível em: < http://acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/06/ufsc_relatorio_cotas_2008-2012.pdf> Acesso em: 20. Ago. 2016.

Com a avaliação do período 2008-2012 sobre o PAA para ampliação do acesso à UFSC com diversidade socioeconômica e étnico-racial, a comissão institucional de acompanhamento e avaliação do PAA/UFSC considera que o perfil de renda dos classificados no vestibular da UFSC, de 2004 a 2012, que antes do PAA apresentava:

[...] categorias de renda mais representativas eram as de 10 a 20 salários-mínimos (SM) e de 7-10 SM (40% dos classificados em média). Depois do PAA, passaram a ser as de 1-3 SM e 3-5 SM (47% em 2012). Os grupos de baixa renda passaram a ter maior acesso percentualmente e, como a UFSC aumentou em 50% suas vagas, numericamente esse grupo teve seu aumento ampliado. (TASSINARI, A. et al., 2012).

Nota-se, portanto que, ainda com considerável diminuição do perfil de renda dos classificados no vestibular da UFSC, de 2004 a 2012, após a implementação da PAA, não houve nenhuma ação efetiva da PRAE a respeito das taxas de isenções nos CELE. Reitero a importância de ações afirmativas da PRAE com vistas a oportunizar maiores taxas de isenções aos alunos de graduação da UFSC ao CELE, uma vez que o cotejamento dos gráficos 1 e 2, demonstram a necessidade de contemplar mais alunos, já que a do perfil de renda dos graduandos da UFSC após a PAA diminuiu.

CONCLUSÃO

As ações do Estado com relação às respostas solicitadas pela sociedade, no que tange aos problemas apresentados pelo capitalismo, ao longo do tempo têm demorado para acontecer. Esse problema afeta diretamente as universidades públicas, tanto na obtenção de recursos para atender as suas necessidades, como afeta também a socialização do saber, que segundo a constituição brasileira é um direito de todos.

As IFES públicas brasileiras permaneceram, por um longo período, perpetuando ideia do capitalismo, onde as pessoas com mais poder aquisitivo, têm facilidade de ingressar no ensino superior, desta forma excluindo uma maioria de pessoas que sem condições financeiras, veem na PAA a sua única alternativa para ingressar numa universidade.

Com a criação da polêmica “Lei das Cotas”, criada em 2012, e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, permitiu o acesso nas instituições de ensino superior, de alunos oriundos de escola pública, mudando drasticamente o perfil do estudante universitário nas universidades públicas. Assim, com a mudança no perfil socioeconômico destes estudantes, aumentou significativamente os programas de assistência estudantil, que dado ao novo panorama, oportunizou um olhar diferenciado para estes estudantes.

Os programas de assistência estudantil nas universidades públicas refletem, ou deveriam refletir sobre a permanência dos estudantes vinda das classes populares, pois não basta permitir o acesso, há que se possibilitar a permanência e na conclusão do curso, para que eles tenham mesmas condições, que os outros estudantes oriundos de escolas particulares.

Este estudo investigou especificamente a isenção da taxa de inscrição dos CELE da UFSC, gerenciado pela PRAE. Para isso utilizou com dados desta pesquisa os relatórios arquivados no DLLE referente à isenção das bolsas nos cursos extracurriculares de idiomas.

Com base nos dados cotejados nos gráficos analisados nesse estudo, houve aumento no auxílio de isenções nas matrículas dos cursos extracurriculares e línguas estrangeiras, fornecida pela PRAE aos estudantes de graduação da UFSC, principalmente correlatas aos anos 2013-2016. Quando a referência é os anos entre 2008 - 2009 verifica-se um aumento de 50% no aumento desse auxílio. Entretanto, é inversamente proporcional a considerável

diminuição do perfil de renda dos classificados no vestibular da UFSC, de 2004 a 2012, após a implementação da PAA.

A partir dos dados coletados e analisados, com base no cotejamento realizado e fundamentado por teóricos da área, convém pontuar a importância de ações afirmativas da PRAE com vistas a oportunizar maiores taxas de isenções aos alunos de graduação da UFSC ao CELE, devido a esse novo perfil socioeconômico do aluno da UFSC.

Vale assinalar que se observa que apesar dos esforços realizados para que todos os alunos tenham condições igualitárias na academia, principalmente na oportunidade de permanência e conclusão da graduação, o Estado de forma geral e a UFSC e a PRAE em particular apontam caminhos que dialogam com as PAA, mas os processos ainda se configuram como lentos e não contemplam às necessidades da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jolinda Moraes. A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública. Serviço Social em Revista . v. 5, n. 1. jul./dez. 2002. Londrina-PR: UEL, 2002

BELLONI, Isaura. Avaliação da universidade: por uma proposta de avaliação consequente e compromissada política e cientificamente. In: VIEIRA, Sofia Lerche, et al. A universidade em questão. São Paulo: Cortez, 1989. p. 55-70.

BERNINI, Emilio. Un proyecto inconcluso. Kilometro 11. N4., p. 87 -106, 2003^a.

BRASIL¹. Lei de Cotas – Lei Nº 12.711/2012. Brasília: Senado Federal, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 11 jul. 2016.

Brasil². Ministério da Educação. Disponível em:

<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>> Acesso em: 19 jun 2016.

CHAUI, MARILENA. **A universidade pública sob a nova perspectiva**. Rev. Bras. Educ. 2003, nº 24p.5-15.

FARIA, Sandra de. "Política de Ação Comunitária". In: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Dez Encontros. Goiânia, 1993, p. 208.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a edição. São Paulo: Editora Atlas, 2002. FONAPRACE: Revista Comemorativa 20 Anos: Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, Coordenação ANDIFES, 2007, . Disponível em: <[http:// 201.57.207.35/fonaprace/wp-content/uploads/2016/05/fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-20-anos3.pdf](http://201.57.207.35/fonaprace/wp-content/uploads/2016/05/fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-20-anos3.pdf)> acesso em: 11 junho de 2016

HEIDMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3 ed, 2014. p. 23-49.

MÉSZAROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html> > acesso em:13 junho de 2016.

PRAE, Pro-Reitoria de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina. Acesso em:21 jul 2016.Disponível em:<<http://prae.ufsc.br/files/2016/03/Edital-006-2016-Isen%C3%A7%C3%A3o-de-Pagamento-de-Cursos-Extracurriculares-de-L%C3%ADnguas-2016.1.pdf>

SANTOS, Boaventura de Sousa, A universidade no Século XXI:Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2011.

STALLIVIERI. Luciane. Brazil's Science Without Borders Program.Washington,31 mai.2015.Disponível em: <https://www.insidehighered.com/blogs/world-view/brazilsscience-without-borders-program>. Acesso em:11 jul. 2016

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz [et al.] Programa de Ações Afirmativas (PAA) para Ampliação do Acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com Diversidade Socioeconômica e Étnico-racial: Avaliação do Período 2008-2012 e proposta de revisão. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/, 2012.

_____.Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://prae.ufsc.br/files/2016/08/Resultado-Edital-20-PRAE-2016-Isen%C3%A7%C3%A3o-Inscri%C3%A7%C3%A3o-Cursos-Extracurriculares.pdf>.Acesso

_____.Universidade Federal de Santa Catarina. Relatório de gestão Prae 2013. . Acesso em:12 jul Florianópolis,2015. Disponível em: <

<http://prae.ufsc.br/files/2013/06/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-PRAE-2013-final.pdf>

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.